



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A3 POLÍTICA

Correio de Sergipe • Aracaju
sexta-feira • 24 de julho de 2015

MPE faz apreensão de documentos em Aracaju

Promotores fazem busca na sede da Assomise e na casa de presidente da entidade que representa militares

Habacque Villacorte
habacque@correiodesergipe.com

Em mais um capítulo da “novela” sobre a aplicação das verbas de subvenção da Assembleia Legislativa, ontem, os promotores de Justiça, acompanhados de policiais do Grupo Especial de Repressão e Busca (GERB), da Polícia Civil, cumpriram mandados de busca e apreensão na sede da Assomise (Associação dos Oficiais Militares de Sergipe) e na residência do presidente da entidade, o Major Adriano Reis.

Os promotores Henrique Cardoso, Jarbas Adelino e Bruno Melo recolheram documentos e computadores. Em seguida, já na sede do MPE, durante uma entrevista coletiva à imprensa, os promotores explicaram que a operação foi necessária porque o representante da associação, por três vezes, não atendeu aos pedidos de prestação de contas do



Polícia Civil acompanhou promotores durante operação na Assomise



DIVULGAÇÃO

Promotores concederam coletiva para detalhar mandados de busca e apreensão

volume de recursos repassados pela AL.

Em 2014, a Assomise recebeu R\$ 844 mil de recursos oriun-

dos das verbas de subvenção destinadas pelo deputado estadual Capitão Samuel (PSL). Os promotores que investigam o



PROMOTORES ALEGAM QUE PRESIDENTE DA ASSOMISE NÃO PRESTOU CONTAS DA APLICAÇÃO DAS VERBAS DE SUBVENÇÃO

caso das subvenções alegam que funcionários da Assomise teriam sacado cheques com valores elevados, chegando a R\$ 200 mil.

Enquanto a entidade alega que o dinheiro foi aplicado em atividades da Assomise, os promotores defendem a tese que os pagamentos deveriam ter sido feitos através de cheques nominais para quem presta serviços à associação. Os promotores também questionam o fato de a Assomise ser uma instituição de classe e que, segundo eles, não poderia receber recursos oriundos das verbas de subvenção social da Assembleia Legislativa.



ASSOMISE JÁ ESPERAVA “BUSCA E APREENSÃO”

Por sua vez, a Assomise emitiu uma nota dando sua versão sobre o trabalho de fiscalização dos promotores e procurando tranquilizar a categoria, dizendo que já esperava pela busca e apreensão. “Para conhecimento dos membros da Associação dos Oficiais Militares de Sergipe (ASSOMISE) e da sociedade sergipana, esclarecemos que a diligência efetuada pelo Ministério Público Estadual (MPE) na

manhã dessa quinta-feira, em sua sede e na residência particular do presidente da entidade, tenente-coronel Adriano Reis, já era esperada e ocorreu de forma bastante tranquila”.

Ainda na nota, a entidade diz que “na ocasião, foram entregues inúmeros documentos cujo fito é esclarecer procedimentos administrativos referentes à associação e referendar a transparência da gestão corporativa. Em

tempo, reforçamos o inalienável compromisso da atual diretoria por servir aos associados e à comunidade militar com zelo e total responsabilidade. Ao MPE e colegas de corporação que participaram do ato, nossas deferências pela conduta respeitosa no trato dispensado a todos”.

Em entrevista concedida à imprensa, na porta de sua residência, o major Adriano Reis

explicou que está tranquilo sobre a operação.

“Nos entregamos todos os documentos. Foram quase uns 100 quilos de documentos. Coloquei tudo sobre os 12 meses de 2014 a disposição do Ministério Público e não temos nada a temer. Cedemos nosso espaço para a prática de esportes e a realização de eventos pela comunidade. Temos vários projetos sociais em andamento”.